

Acusando MEC de «incompetência e incúria» Professores de Lisboa querem greve

Na sua assembleia geral, ontem efectuada na capital, delegados sindicais de Professores da Grande Lisboa analisaram as relações com o Ministério da Educação e as condições de funcionamento da educação, decidindo «adoptar as medidas de informação e mobilização necessárias ao desenvolvimento da luta que se apresenta indispensável». Os delegados consideram que «o MEC continua a manter uma posição de ausência de negociação com a Fenprof, em relação à esmagadora maioria dos problemas reivindicativos que os professores pretendem ver resolvidos no curso do actual ano lectivo». Entre esses problemas, os professores do

SPGL apontam o das carreiras docentes e o dos impostos profissional e complementar. Quanto a este, apontam «a exigência de efectiva negociação das compensações salariais em face da anunciada aplicação destes impostos já em 1987».

Outros problemas de carácter sectorial, os delegados sindicais indicam os seguintes: negociação dos problemas de estabilidade de emprego, que passam nomeadamente pelos próximos concursos dos ensinos pré-escolar, primário, preparatório e secundário e pelo recrutamento de todos os professores que trabalham no ensino especial; possibilidade de os professores efecti-

vos de nomeação provisória do CPES/ES serem opositores ao próximo concurso de efectivos; exigência de abertura de vagas nos próximos concursos; resolução dos múltiplos problemas com que se debatem os professores do preparatório e secundário que realizam a formação em serviço na sua esmagadora maioria derivados da incompetência e incúria do MEC; resolução urgente dos problemas de acesso à 5.ª e 6.ª fases, na base das decisões tomadas pela A.R. e aplicação do D.L. 100/86 aos educadores e professores que não dependem do MEC; aplicação desde Janeiro deste ano da lei aprovada pela A.R. sobre o novo enquadramento salarial dos

docentes do ensino superior; reconhecimento urgente dos cursos de especialização e publicação da tabela de subsídios de especialização negociados com a Fenprof; e revisão urgente da PRT das instituições particulares de solidariedade social (IPSS).

Esta assembleia geral de delegados sindicais do SPGL considerou que «sem a acção e a luta dos professores não se alterará a actual situação negociada nem se obterão êxitos. Assim, foram aprovadas formas de acção a desenvolver em Fevereiro e que poderão conduzir à greve no início de Março, caso a situação não tenha alterações muito significativas».

Conflito - Professores

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31